



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 017/2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 06 de novembro de 2018, terça-feira, a partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPLANADA, DE ENTRÂNCIA INICIAL.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Kerginaldo Reis de Melo	4º Quinto	Não	-
2	Saulo Rezende Moreira	4º Quinto	Não	-
3	Pollyanna Quintela Falconery	4º Quinto	Não	-
4	Ariel José Guimarães Nascimento	5º Quinto	Não	-

2. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHAMBUPE, DE ENTRÂNCIA INICIAL.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Kerginaldo Reis de Melo	4º Quinto	Não	-
2	Saulo Rezende Moreira	4º Quinto	Não	-
3	Pollyanna Quintela Falconery	4º Quinto	Não	-
4	Ariel José Guimarães Nascimento	5º Quinto	Não	-



3. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIPIRANGA, DE ENTRÂNCIA INICIAL.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Kerginaldo Reis de Melo	4º Quinto	Não	-
2	Saulo Rezende Moreira	4º Quinto	Não	-
3	Ariel José Guimarães Nascimento	5º Quinto	Não	-

4. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITABUNA, DE ENTRÂNCIA FINAL.

	INSCRITOS
1	Inocência de Carvalho Santana – Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna (Atuação: Meio Ambiente (Cível e Criminal), inclusive Habitação e Urbanismo e Patrimônio Histórico; Patrimônio Público e Moralidade Administrativa (Cível e Criminal); Fundações: Fiscalização das Fundações e Terceiro Setor)
2	Patrick Pires da Costa – Titular da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna (Atuação: Consumidor (Cível e Criminal); Cidadania (Cível e Criminal), Inclusive Saúde, Educação e Discriminação; Pessoa Com Deficiência (Cível e Criminal); Idoso (Cível e Criminal))
3	Fabício Guida de Menezes - Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Itabuna (Atuação: Infância e Juventude (Cível e Criminal))
4	Rafael Lima Pithon – Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Itabuna (atuação: Júri; Controle Externo da Atividade Policial)

5. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITABUNA, DE ENTRÂNCIA FINAL, OU VAGA REMANESCENTE.

	INSCRITOS
1	Susila Ribeiro Machado
2	Ivelinne Noemi Silva Porto Staut
3	Catharine Rodrigues de Oliveira Matos

6. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULO AFONSO, DE ENTRÂNCIA FINAL.



	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Anna Karina Omena Vasconcellos Senna	4º Quinto	Não	-
2	Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães	4º Quinto	Não	-
3	Igor Clovis Silva Miranda	4º Quinto	Não	-
4	Alex Bezerra Bacelar	5º Quinto	Não	-
5	Francisco de Freitas Junior	5º Quinto	Não	-
6	Ruano Fernando da Silva Leite	5º Quinto	Não	-
7	Luis Eduardo Souza e Silva	5º Quinto	Não	-
8	Victor Freitas Leite Barros	5º Quinto	Não	-
9	Áviner Rocha Santos	5º Quinto	Não	-
10	Pedro Paulo de Paula Vilela	5º Quinto	Não	-
11	Matheus Polli Azevedo	5º Quinto	Não	-
12	João Ricardo Soares da Costa	5º Quinto	Não	-
13	Maria Anita Araruna Correa	5º Quinto	Não	-
14	Romeu Gonsalves Coelho Filho	5º Quinto	Não	-
15	Marcos David Gaspar Bezerra	5º Quinto	Não	-
16	Márcio Bellazzi de Oliveira	5º Quinto	Não	-
17	Jair Antonio Silva de Lima - Promovido em 05/09/2018	5º Quinto	Não	-

7. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENHOR DO BONFIM, DE ENTRÂNCIA FINAL.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Ernesto Cabral de Medeiros	3º Quinto	Sim	-
2	Tiago Ávila de Souza	3º Quinto	Sim	-
3	Aline Curvêlo Tavares de Sá	3º Quinto	Sim	-
4	Marcio de Oliveira Neves	3º Quinto	Sim	-



5	Renata Mamede Carneiro Aguiar	3º Quinto	Sim	-
6	Maurício José Falcão Fontes	3º Quinto	Sim	-
7	Mayanna Ferreira Ribeiro	3º Quinto	Sim	-
8	Anna Karina Omena Vasconcellos Senna	4º Quinto	Não	-
9	Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães	4º Quinto	Não	-
10	Igor Clovis Silva Miranda	4º Quinto	Não	-
11	Alex Bezerra Bacelar	5º Quinto	Não	-
12	Francisco de Freitas Junior	5º Quinto	Não	-
13	Ruano Fernando da Silva Leite	5º Quinto	Não	-
14	Luis Eduardo Souza e Silva	5º Quinto	Não	-
15	Victor Freitas Leite Barros	5º Quinto	Não	-
16	Áviner Rocha Santos	5º Quinto	Não	-
17	Pedro Paulo de Paula Vilela	5º Quinto	Não	-
18	Matheus Polli Azevedo	5º Quinto	Não	-
19	João Ricardo Soares da Costa	5º Quinto	Não	-
20	Maria Anita Araruna Correa	5º Quinto	Não	-
21	Marcos David Gaspar Bezerra	5º Quinto	Não	-
22	Márcio Bellazzi de Oliveira	5º Quinto	Não	-
23	Jair Antonio Silva de Lima - Promovido em 05/09/2018	5º Quinto	Não	-

8. REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. INTERESSADOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES PROCURADORES DE JUSTIÇA CONSELHEIROS: DOUTORA CLEONICE DE SOUZA LIMA, DOUTOR PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA E DOUTOR NIVALDO DOS SANTOS AQUINO;

9. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.27256/2018. ASSUNTO: RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADE DE CURSO DE MESTRADO. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA GUSTAVO FONSECA VIEIRA. RELATORA: CONSELHEIRA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA.

10. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:



RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

- 10.1. Inquérito Civil nº 676.1.93677/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 10.2. Procedimento Ministerial nº 003.9.78394/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 10.3. Inquérito Civil nº 003.9.146790/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 10.4. Inquérito Civil nº 163.0.242110/2012, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 10.5. Inquérito Civil nº 596.0.31850/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 10.6. Inquérito Civil nº 712.0.99953/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 10.7. Inquérito Civil nº 644.0.233549/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 10.8. Inquérito Civil nº 003.9.53534/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 10.9. Procedimento Ministerial nº 003.9.159079/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 10.10. Procedimento Ministerial nº 003.0.62185/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 10.11. Inquérito Civil nº 677.9.3634/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 10.12. Inquérito Civil nº 600.9.162189/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 10.13. Procedimento Ministerial nº 698.0.51387/2011, da Promotoria de Justiça de Central;
- 10.14. Inquérito Civil nº 003.0.224693/2015, do Grupo de atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 10.15. Inquérito Civil nº 692.9.127168/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 10.16. Inquérito Civil nº 692.9.127500/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 10.17. Procedimento Ministerial nº 191.9.14009/2018, da Promotoria de Justiça de Formosa do Rio Preto;
- 10.18. Inquérito Civil nº 598.0.30020/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 10.19. Inquérito Civil nº 003.9.183137/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 10.20. Inquérito Civil nº 702.9.208096/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 10.21. Procedimento Ministerial nº 598.9.219614/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 10.22. Inquérito Civil nº 003.0.157687/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 10.23. Inquérito Civil nº 702.0.138319/2013, da Promotoria de Justiça



Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
10.24. Inquérito Civil nº 600.9.119970/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
10.25. Inquérito Civil nº 644.0.212618/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

- 10.26. Inquérito Civil nº 608.9.135366/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 10.27. Inquérito Civil nº 644.0.232466/2016, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 10.28. Inquérito Civil nº 001.9.37412/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 10.29. Inquérito Civil nº 708.9.107313/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 10.30. Inquérito Civil nº 003.0.227273/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Pública – GEPAM;
- 10.31. Inquérito Civil nº 110.9.64744/2018, da Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 10.32. Procedimento Ministerial nº 003.0.203872/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 10.33. Procedimento Ministerial nº 003.0.113084/2008, da 1ª Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;
- 10.34. Procedimento Ministerial nº 114.9.175061/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 10.35. Inquérito Civil nº 677.9.15532/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 10.36. Inquérito Civil nº 708.0.148548/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 10.37. Inquérito Civil nº 003.0.112526/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;
- 10.38. Inquérito Civil nº 003.0.206338/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 10.39. Procedimento Ministerial nº 003.0.40693/2016, Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 10.40. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 593.0.111376/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 10.41. Recurso em Procedimento Ministerial nº 013.9.242171/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 10.42. Recurso em Procedimento Ministerial nº 013.9.242185/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;



- 10.43. Recurso Administrativo nº 003.9.130002/2018, apenso Procedimento Ministerial nº 003.9.266706/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 10.44. Inquérito Civil nº 003.0.112544/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 10.45. Inquérito Civil nº 003.9.222613/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 10.46. Procedimento Ministerial nº 001.0.50895/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 10.47. Inquérito Civil nº 003.9.19552/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 10.48. Procedimento Ministerial nº 596.0.61187/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 10.49. Inquérito Civil nº 003.9.106462/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 10.50. Inquérito Civil nº 698.9.48357/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 10.51. Inquérito Civil nº 167.0.160329/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Mata de São João;
- 10.52. Inquérito Civil nº 644.0.232536/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 10.53. Inquérito Civil nº 128.0.246324/2014, da Promotoria de Justiça de Jaguaripe;
- 10.54. Inquérito Civil nº 644.0.212681/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 10.55. Inquérito Civil nº 034.0.208970/2014, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 10.56. Inquérito Civil nº 717.0.235212/2012, da Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;
- 10.57. Procedimento Ministerial nº 003.9.216523/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 10.58. Inquérito Civil nº 590.0.33555/2010, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 10.59. Inquérito Civil nº 043.0.212534/2012, da Promotoria de Justiça de Itagibá;
- 10.60. Procedimento Ministerial nº 677.9.93486/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 10.61. Inquérito Civil nº 590.0.133465/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 10.62. Inquérito Civil nº 696.0.58363/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 10.63. Inquérito Civil nº 003.0.68001/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 10.64. Procedimento Ministerial nº 719.0.148663/2016, da Promotoria de Justiça de Piatã;
- 10.65. Inquérito Civil nº 698.0.51431/2011, da Promotoria de Justiça de Central;
- 10.66. Inquérito Civil nº 698.0.51417/2017, da Promotoria de Justiça de Central;
- 10.67. Inquérito Civil nº 241.0.226619/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 10.68. Inquérito Civil nº 722.0.162408/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Iguaí.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:



- 10.69. Recurso em Procedimento Ministerial nº 013.9.182524/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 10.70. Recurso em Procedimento Ministerial nº 013.9.242175/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 10.71. Inquérito Civil nº 003.0.124031/2009, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 10.72. Inquérito Civil nº 722.0.162447/2014, da Promotoria de Justiça de Iguai;
- 10.73. Procedimento Ministerial nº 003.9.21617/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 10.74. Procedimento Ministerial nº 069.0.143606/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 10.75. Procedimento Ministerial nº 590.0.103383/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 10.76. Inquérito Civil nº 003.0.171481/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 10.77. Inquérito Civil nº 592.0.216209/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 10.78. Procedimento Ministerial nº 003.1.80866/2006, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 10.79. Procedimento Ministerial nº 013.9.213555/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 10.80. Inquérito Civil nº 003.0.203751/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 10.81. Inquérito Civil nº 696.0.175528/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 10.82. Procedimento Ministerial nº 677.0.201111/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 10.83. Inquérito Civil nº 594.9.145323/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Canavieiras;
- 10.84. Inquérito Civil nº 677.0.176251/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 10.85. Procedimento Ministerial nº 003.0.191552/2016, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 10.86. Procedimento Ministerial nº 003.9.98495/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 10.87. Inquérito Civil nº 724.0.212074/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 10.88. Procedimento Ministerial nº 656.9.83950/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 10.89. Procedimento Ministerial nº 057.0.34553/2014, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 10.90. Procedimento Ministerial nº 003.9.256170/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 10.91. Inquérito Civil nº 592.0.219831/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 10.92. Inquérito Civil nº 323.0.0167202/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
- 10.93. Procedimento Ministerial nº 649.9.70083/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;



- 10.94. Inquérito Civil nº 001.9.162596/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 10.95. Procedimento Ministerial nº 003.9.48301/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 10.96. Procedimento Ministerial nº 003.0.112447/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 10.97. Inquérito Civil nº 712.0.58322/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 10.98. Inquérito Civil nº 003.0.238055/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 10.99. Inquérito Civil nº 712.0.58322/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 10.100. Procedimento Ministerial nº 003.0.112447/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 10.101. Recurso Administrativo nº 003.9.178807/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas
- 10.102. Inquérito Civil nº 590.0.62168/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 10.103. Inquérito Civil nº 003.0.196938/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 10.104. Inquérito Civil nº 717.0.223938/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;
- 10.105. Procedimento Ministerial nº 724.0.141240/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 10.106. Procedimento Ministerial nº 003.0.233712/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 10.107. Procedimento Ministerial nº 003.1.57063/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 10.108. Procedimento Ministerial nº 003.0.32653/2016, do Grupo de Atuação Especial Para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 10.109. Inquérito Civil nº 592.0.131247/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 10.110. Procedimento Ministerial nº 085.0.78097/2013, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
- 10.111. Inquérito Civil nº 696.0.150725/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 10.112. Inquérito Civil nº 674.9.263693/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 10.113. Procedimento Ministerial nº 003.9.103907/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 10.114. Procedimento Ministerial nº 003.0.77456/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 10.115. Procedimento Ministerial nº 003.9.34789/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 10.116. Procedimento Ministerial nº 152.9.56250/2018, da Promotoria de Justiça



de Lençóis;

10.117. Procedimento Ministerial nº 003.9.81152/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

10.118. Inquérito Civil nº 600.9.176649/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

10.119. Inquérito Civil nº 702.9.208472/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

10.120. Procedimento Ministerial nº 003.9.39407/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

10.121. Inquérito Civil nº 003.9.11153/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

10.122. Procedimento Ministerial nº 003.0.61949/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

10.123. Procedimento Ministerial nº 674.0.226030/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

10.124. Procedimento Ministerial nº 241.0.217765/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;

10.125. Procedimento Ministerial nº 933.9.187195/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

10.126. Inquérito Civil nº 001.9.163736/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

10.127. Inquérito Civil nº 692.9.127163/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

10.128. Inquérito Civil nº 714.9.252268/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;

10.129. Inquérito Civil nº 592.9.4469/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

10.130. Inquérito Civil nº 592.9.92442/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

10.131. Inquérito Civil nº 708.9.107247/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

10.132. Procedimento Ministerial nº 708.9.135079/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

10.133. Procedimento Ministerial nº 015.1.114823/2006, da Promotoria de Justiça de Araci;

10.134. Inquérito Civil nº 003.0.87110/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

10.135. Inquérito Civil nº 590.1.76118/2006, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

10.136. Inquérito Civil nº 242.9.198311/2017, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;

10.137. Inquérito Civil nº 043.06372/2013, da Promotoria de Justiça de Itagibá;

10.138. Inquérito Civil nº 709.9.267165/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;



- 10.139. Inquérito Civil nº 003.0.64899/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé;
- 10.140. Inquérito Civil nº 003.1.93979/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 10.141. Inquérito Civil nº 598.0.182338/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 10.142. Procedimento Ministerial nº 677.9.30633/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 10.143. Inquérito Civil nº 167.0.259076/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Mata de São João;
- 10.144. Inquérito Civil nº 600.9.129202/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 10.145. Inquérito Civil nº 600.0.100512/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 10.146. Inquérito Civil nº 598.0.59044/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 10.147. Inquérito Civil nº 712.0.44109/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 10.148. Inquérito Civil nº 279.0.89236/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 10.149. Inquérito Civil nº 590.0.227272/2011, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 10.150. Inquérito Civil nº 003.0.53070/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 10.151. Inquérito Civil nº 590.0.240886/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 10.152. Inquérito Civil nº 069.0.35126/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

- 10.153. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 013.9.221092/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 10.154. Recurso Administrativo nº 593.9.197163/2017, apenso Procedimento Ministerial nº 593.9.153782/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 10.155. Procedimento Ministerial nº 702.0.91909/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 10.156. Inquérito Civil nº 702.0.138315/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 10.157. Inquérito Civil nº 696.0.169026/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 10.158. Inquérito Civil nº 696.0.180789/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 10.159. Procedimento Ministerial nº 003.9.14329/2018, do Grupo de Atuação especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 10.160. Procedimento Ministerial nº 003.9.33998/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 10.161. Procedimento Ministerial nº 728.0.187654/2014, da Promotoria de Justiça



de Santa Cruz Cabrália;

10.162. Procedimento Ministerial nº 596.1.49081/2006, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

10.163. Procedimento Ministerial nº 003.9.234262/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

10.164. Procedimento Ministerial nº 003.0.113000/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;

10.165. Inquérito Civil nº 167.0.160162/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

10.166. Inquérito Civil nº 003.0.217303/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

10.167. Procedimento Ministerial nº 069.9.102171/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

10.168. Inquérito Civil nº 167.9.107018/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

10.169. Inquérito Civil nº 590.0.119993/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

10.170. Inquérito Civil nº 708.9.89037/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

10.171. Procedimento Ministerial nº 608.0.88331/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Jequié;

10.172. Inquérito Civil nº 933.0.96590/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;

10.173. Inquérito Civil nº 712.0.121989/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;

10.174. Inquérito Civil nº 644.0.233532/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;

10.175. Inquérito Civil nº 001.9.37404/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

10.176. Inquérito Civil nº 001.9.37838/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

10.177. Procedimento Ministerial nº 056.0.214724/2016, da Promotoria de Justiça de Cansanção;

10.178. Inquérito Civil nº 644.0.233283/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;

10.179. Inquérito Civil nº 003.0.143060/2007, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé;

10.180. Procedimento Ministerial nº 003.0.113076/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

10.181. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

10.182. Procedimento Ministerial nº 600.9.136980/2017, da Promotoria de Justiça



- Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 10.183. Procedimento Ministerial nº 003.0.129149/2010, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 10.184. Inquérito Civil nº 069.9.88594/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 10.185. Procedimento Ministerial nº 003.0.44422/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 10.186. Inquérito Civil nº 003.0.185040/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente.
- 10.187. Inquérito Civil nº 069.0.82720/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 10.188. Inquérito Civil nº 003.9.43815/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 10.189. Procedimento Ministerial nº 001.0.116643/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 10.190. Inquérito Civil nº 003.0.247852/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 10.191. Procedimento Ministerial nº 703.9.247067/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 10.192. Inquérito Civil nº 003.9.38552/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 10.193. Inquérito Civil nº 034.0.175389/2007, da Promotoria de Justiça de Buararema;
- 10.194. Inquérito Civil nº 682.0.254563/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Caetité;
- 10.195. Inquérito Civil nº 594.9.140747/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Canavieiras;
- 10.196. Inquérito Civil nº 003.0.48674/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 10.197. Inquérito Civil nº 590.0.126442/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 10.198. Inquérito Civil nº 596.0.11171/2015, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 10.199. Procedimento Ministerial nº 703.0.162568/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 10.200. Inquérito Civil nº 320.0.73875/2012, da Promotoria de Justiça de Tanhaçu;
- 10.201. Inquérito Civil nº 590.0.97363/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 10.202. Inquérito Civil nº 167.9.70155/2017, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Mata de São João;
- 10.203. Procedimento Ministerial nº 069.0.95638/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 10.204. Inquérito Civil nº 644.0.212758/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;
- 10.205. Procedimento Ministerial nº 013.9.184025/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 10.206. Inquérito Civil nº 003.0.113355/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 10.207. Inquérito Civil nº 722.0.178417/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Iguai;



- 10.208. Inquérito Civil nº 692.0.76714/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;
- 10.209. Inquérito Civil nº 712.0.172065/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 10.210. Procedimento Ministerial nº 708.9.134943/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 10.211. Inquérito Civil nº 596.0.117716/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 10.212. Procedimento Ministerial nº 190.9.204793/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 10.213. Inquérito Civil nº 674.0.44696/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 10.214. Inquérito Civil nº 724.0.145789/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;
- 10.215. Inquérito Civil nº 590.0.88416/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 10.216. Inquérito Civil nº 674.9.103751/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 10.217. Inquérito Civil nº 644.0.233337/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;
- 10.218. Inquérito Civil nº 034.0.236349/2014, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 10.219. Procedimento Ministerial nº 712.0.34352/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 10.220. Inquérito Civil nº 600.9.646/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 10.221. Inquérito Civil nº 708.9.102479/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 10.222. Inquérito Civil nº 708.9.102479/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 10.223. Inquérito Civil nº 001.0.13219/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 10.224. Inquérito Civil nº 708.9.90415/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 10.225. Inquérito Civil nº 600.9.148095/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 10.226. Inquérito Civil nº 600.0.160077/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 10.227. Inquérito Civil nº 003.9.125877/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 10.228. Inquérito Civil nº 674.9.89428/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 10.229. Inquérito Civil nº 114.9.171196/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 10.230. Inquérito Civil nº 692.9.104569/2018, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;
- 10.231. Procedimento Ministerial nº 724.0.170830/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

10.232. Inquérito Civil nº 699.0.181542/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;

10.233. Inquérito Civil nº 608.0.192643/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié.

11. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, EM 26 DE OUTUBRO DE 2018.

EDIENE SANTOS LOUSADO

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público